



BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ- 83.506.030/0001-00

Relatório da Administração

Prezados Senhores, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Beneficência Camiliana do Sul submeteu à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras, o relatório dos auditores independentes e o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

do a movimentação das suas unidades e promovendo mudanças que incidiram no curso contábeiro dos seus indicadores assistenciais e, como apresentado nas próximas páginas, no balanço financeiro da Instituição. A nova atual realidade, estabelecida a partir da pandemia, exigiu flexibilidade estratégica da gestão, que imediatamente se abriu à reorganização das prioridades e remanejamento dos recursos, com desdobramento efetivo nas áreas, sem perder o foco na atuação sustentável. Sobre a Beneficência Camiliana do Sul (BES): No mesmo ano a BES somou 6.526 colaboradores, distribuídos em suas unidades fixadas em municípios de nove estados brasileiros.

categoria mantidos até o vencimento: No que se refere a capacidade financeira e investimentos, a Beneficência Camiliana do Sul, sempre muito consciente do seu papel social, continua a trabalhar para gerar resultado e manter um caixa consistente, garantindo investimentos, avanços e fortalecimento da Instituição. Em relação a capacidade financeira, Beneficência Camiliana do Sul, possui intenção e capacidade de manter seus investimentos até a data do vencimento. Cenário da Saúde Suplementar: A saúde suplementar finalizou o ano de 2021 com quase 49 milhões de beneficiários ativos em planos de saúde no Brasil de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o que confirma o interesse dos brasileiros no acesso à saúde suplementar.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (em Reais)
Ativo Circulante 160.471.498,79
Caixa e Equivalentes de Caixa 3.834.179,13
Realizável 156.377.319,66
Aplicações Financeiras 109.638.842,84

Passivo Circulante 69.266.284,74
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde 13 36.438.560,06
Provisões de Prêmios / Contrarespostas 4.650.422,28
Provisão de Prêmio / Contraresposta Não Ganha - PPCNG 13 (b) 102.610.422,28

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (em Reais)
Patrimônio Social do Exercício 6.781.910,45
Saldo em 31/12/2019 135.708.232,67

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (em Reais)
Contas Nota 2021 2020
Contrarespostas Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde 185.500.433,00 169.659.696,51

1. Contexto Operacional: A Beneficência Camiliana do Sul, denominada simplesmente Beneficência, é uma associação de caráter filantrópico, fundada em 1924, com o objetivo de prestar assistência social e jurídica na cidade de São Paulo. Estado de São Paulo, é mantenedora de (oito) filiais (hospitais) sediadas na região sul do país, possui atividade de operadora de plano de saúde na matriz e em 14 (quatorze) filiais em diversas localidades do País. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 31.829-9, e tem como finalidades estatutárias: I. Prestar assistência à Saúde a tantos quanto demandados os seus serviços, inclusive nas áreas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos; II. Desenvolver atividades educacionais, tanto na área religiosa como na área de Saúde, podendo para tanto fundar e manter estabelecimentos de Educação e de ensino nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social; III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias; IV. Prestar serviços de assistência social aos menores, aos adolescentes e a todos aqueles que necessitem de amparo social; V. Organizar atividades que permitam a formação de profissionais da área de Saúde e de outras áreas de atuação da instituição; VI. Apoiar, promover e desenvolver cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento profissional, bem como ministrando cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios, conferências, presenciais ou na modalidade digital, podendo comercializar e disponibilizar material didático e científico relacionado com sua área de atuação; VIII. Operar planos de saúde conforme legislação em vigor; IX. Desenvolver a Pastoral da Saúde, propiciando atendimento integral a pessoa; Z. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), regulamentação complementar das demonstrações financeiras Suplementar – ANS e, também a ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2022. b. Mensuração de valor: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada de outra forma em nota explicativa. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas. 2.2. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a.1. Ativos financeiros: Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. a.2. Passivos financeiros: A Entidade reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for mensurado ao custo amortizado. Passivos mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo por meio do resultado líquido, incluindo juros, e reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. b. Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem valores em espécie, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no preço. c. Depreciação: Os instrumentos financeiros são avaliados pelo método linear em relação aos usuários de serviços de saúde. As Perdas Sobre Créditos (PSC) é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento, e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas. d. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir sua realização. e) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratual que resulta de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando monetários. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorrerá nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, traduzidas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis normalmente são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. m) Segregação entre circulante e não circulante: As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no Circulante, e as com prazos superiores, no Não Circulante. n) Demonstração do superávit do exercício: As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência. o) Patrimônio líquido: O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e o diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. p) Demonstração do resultado abrangente: A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício de 2021.

demandas do SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. • Provisão para eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência. • Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA): A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisão técnica com base nos percentuais definidos pela ANS e reconhecida em montante integral. i) Empréstimos e financiamentos a pagar: Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorrerá nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido. k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratual que resulta de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando monetários. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorrerá nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, traduzidas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis normalmente são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. m) Segregação entre circulante e não circulante: As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no Circulante, e as com prazos superiores, no Não Circulante. n) Demonstração do superávit do exercício: As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência. o) Patrimônio líquido: O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e o diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. p) Demonstração do resultado abrangente: A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício de 2021.

3.1. Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas CDB Flex Empresarial - CEF 3.935.981,50 4.272.104,25 CAIXA FIC TOP REF DI LP 4.488.300,05 4.256.644,56 BB FIC LP Saúde ANS 2.725.226,66 2.617.705,23 CAIXA FIC Saúde Suplementar - ANS 13.522.230,32 12.973.867,47 24.643.299,33 24.127.321,51

3.2. Aplicações Livres RDB/CDB Banco do Brasil 2.128,79 5.035,20 CDB Caixa Econômica Federal 32.877,71 2.128,79 BB Aplicação DI 143.464,43 RDC Siccoob Crediauc 132.950,84 Depósitos Judiciais e Fiscais - CEF 34.176.444,74 127.251,23 CAIXA FIC CDB Empresarial RF Banco Contas Aplicações - Hospitais 50.170.684,44 46.132.240,25 84.995.543,51 78.990.572,68

3.3. Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora 2021 2020 Créditos com Pacientes Particulares e Convênios 9.846.473,33 9.483.623,15 Crédito Convênio Entidades Públicas 274.426,92 1.617.609,08 Créditos de Pacientes do SUS 10.372.380,76 6.848.048,43 (-) Perdas esperadas de créditos 5.282.665,56 (3.075.434,99) Adiantamentos de Fornecedores 1.414.102,70 450.984,78 Adiantamentos Funcionários 1.408.776,15 511.233,04 Outras contas a Receber 876.034,51 356.144,94 18.905.268,43 16.202.220,42

3.4. Bens e Títulos a Receber 2021 2020 Estoques 5.604.429,41 5.073.769,87 Outros Bens e Títulos a Receber 1.419.245,49 680,59 7.023.674,90 5.754.727,21

7. Realizável a Longo Prazo 2021 2020 Títulos e Créditos a Receber 20.800,00 Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos 1.611.644,74 1.811.644,74

Ativas Operacionais 2021 2020 (+) Recebimento de Planos Saúde 199.867.404,86 184.987.045,37 (+) Resgate de Aplicações Financeiras 10.243.212,10 10.068.546,56 (+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras 3.985.579,61 1.405.077,87 (+) Outros Recebimentos Operacionais 254.674.975,56 231.874.657,42

Ativas Investimentos 2021 2020 (+) Pagamento por Aquisição de Ativo Imobilizado (33.819.621,62) (40.992.775,56) (+) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível (111.021,48) (149.337,46) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (33.929.252,30) (41.142.113,02)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/33E9-238B-87F9-2246> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 33E9-238B-87F9-2246



Hash do Documento

54AD3A6593D725C5E7AEEFB6DBBA4F6BB8CC8F465FCF5A38257E69DEFBA1CE29

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2022 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 008.007.358-11 em 25/03/2022 23:23 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Fri Mar 25 2022 23:22:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.50326 Longitude: -46.7030932 Accuracy: 18.017

IP 189.79.71.162

Hash Evidências:

7990F771333D41B91476195028156ECDE2C1C8570CE93A1B07E792AD607C1543

